

Advogados lusos mais procurados para África

Ricardo David Lopes
ricardo.d.lopes@sol.co.ao

Investidores recorrem cada vez mais aos serviços de escritórios portugueses com representações ou parceiros em Angola e Moçambique.

Os investidores internacionais com negócios ou interessados em entrar em Angola e Moçambique recorrem cada vez mais às parcerias que os escritórios de advogados portugueses desenvolvem com juristas nestes países. E cresce a procura de informação sobre a legislação destes Estados, segundo um grupo de advogados de quatro escritórios portugueses com parcerias em África que foi a Londres, na semana passada, apresentar numa conferência aspectos jurídicos do investimento e da fiscalidade de Angola e Moçambique.

O encontro, organizado anualmente pela revista *Iberian Lawyer*, contou com apresentações de juristas da F. Castelo Branco & Associados, da Miranda Correia Amendoeira & Associados, da PLMJ e da Vieira de Almeida & Associados (VDA). Este ano foi dedicado – pela primeira vez –, ao investimento em Angola e Moçambique. Segundo Tiago Castro, responsável da GLM (escritório da PLMJ em Moçambique), «os serviços jurídicos que os principais escritórios portugueses têm com parceiros locais são cada vez mais procurados por investidores», que assim aproveitam a 'boleia' da internacionalização dos gabinetes lusos.

O jurista explicou à plateia – composta por banqueiros, advogados, empresários, entre outros – as principais diferenças entre investir em Angola e Moçambique. «Cada país tem as suas facilidades e dificuldades, e há aspectos comuns», sublinha, ao SOL Alberto Galhardo Simões, da Miranda, acrescentando que em ambos os casos «é necessário

por vezes explicar aos clientes que é inevitável que os processos demorem mais algum tempo, nomeadamente devido à burocracia».

Vanda Cascão, da VDA, deu conta dos aspectos que unem e separam as legislações de parcerias público-privadas em Angola e Moçambique. Alguns investidores, diz, «quiseram saber que lições estes países retiram dos exemplos português e britânico», por exemplo. «África tem a vantagem de ter tempo de aprender com os erros dos outros nesta matéria», afirma.

Pedro Nápoles, responsável da GLA, ramo da PLMJ em Angola, centrou a apresentação na reforma tributária em curso no país africano e cujo desenvolvimento mais recente foi a alteração ao Imposto sobre o Consumo – que foi generalizado. Também as mudanças nos regimes de impostos de Selo e Predial, assim como a antecipação do que poderá ser a reforma do Código do Imposto Industrial (equivalente ao IRC português) foram explicadas pelo advogado.

«O Imposto sobre o Rendimento do Trabalho [que corresponde ao IRS em Portugal] também vai ser alterado», lembra, explicando que estas reformas visam «preparar o país para ter mais receitas fiscais» para além das petrolíferas. Para breve poderá estar também a alteração das pautas aduaneiras – com um previsível aumento da taxa de importação para 20% –, numa altura em que está em vigor o novo regime cambial do sector petrolífero que, como o SOL revelou há duas semanas, visa sobretudo a 'desdolarização' da economia e o reforço do sistema financeiro.

A apresentação de Galhardo Simões focou-se na nova Lei do Investimento Privado de Angola, enquanto Nuno cabeçadas, também da Miranda, deu conta do quadro regulatório e regime jurídico da exploração do pré-sal e jazidas de gás em Angola e Moçambique.

De a conhecer o seu Negócio.
Participe na 1ª Feira Agrícola de Angola

CONTACTOS
Eventos Rênia
T: (214) 726 493 500
Tel: (214) 726 416 500 / 501 / 502 / 503
F: (214) 220 433 303 | geral@eventosrenia.com
www.eventosrenia.com

ALGARVE Carvoeiro

VENDE-SE PELO MELHOR PREÇO

4 lotes - 2000 m² terreno
450 m² construção cada + piscina

projectosrenovados@gmail.com